

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira
(Organizadores)



Atena
Editora
Ano 2021

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-Não-Derivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília



Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
André Ricardo Lucas Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62 Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade 2 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, André Ricardo Lucas Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-777-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.779211312>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Vieira, André Ricardo Lucas (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.arenaeditora.com.br
contato@arenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2021

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

A obra “Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade”, reúne trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas temáticas, ligadas à Educação, que a compõe.

Ao refletirmos sobre a Investigação Científica percebemos sua importância para a Educação, pois permite o desenvolvimento do potencial humano que os envolvidos mobilizam no processo de pesquisa; ou seja, é o espaço mais adequado para estimular a curiosidade epistemológica, conduzindo a aprendizagens que podem nascer de problemáticas postas pelas diversas questões cotidianas.

Depois da mobilização ocasionada pelas diversas inquietudes que nos movimentam na cotidianidade e ao aprendermos a fazer pesquisa, entendendo o rigor necessário, nos colocamos diante de objetos de conhecimentos que exigem pensar, refletir, explorar, testar questões, buscar formas de obter respostas, descobrir, inovar, inventar, imaginar e considerar os meios e recursos para atingir o objetivo desejado e ampliar o olhar acerca das questões de pesquisa.

Nesse sentido, os textos avaliados e aprovados para comporem este livro revelam a postura intelectual dos diversos autores, entendendo as suas interrogações de investigação, pois é na relação inevitável entre o sujeito epistemológico e o objeto intelectual que a mobilização do desconhecido decorre da superação do desconhecido. Esse movimento que caracteriza o sujeito enquanto pesquisador ilustra o processo de construção do conhecimento científico.

É esse movimento que nos oferece a oportunidade de avançar no conhecimento humano, nos possibilitando entender e descobrir o que em um primeiro momento parecia complicado. Isso faz do conhecimento uma rede de significados construída e compreendida a partir de dúvidas, incertezas, desafios, necessidades, desejos e interesses pelo conhecimento.

Assim, compreendendo todos esses elementos e considerando que a pesquisa não tem fim em si mesmo, percebe-se que ela é um meio para que o pesquisador cresça e possa contribuir socialmente na construção do conhecimento científico. Nessa teia reflexiva, o leitor conhecerá a importância desta obra, que aborda várias pesquisas do campo educacional, com especial foco nas evidências de temáticas insurgentes, reveladas pelo olhar de pesquisadores sobre os diversos objetos que os mobilizaram, evidenciando-se não apenas bases teóricas, mas a aplicação prática dessas pesquisas.

Boa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

André Ricardo Lucas Vieira


SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE MULTICAMPI: UMA ANÁLISE PELO ASPECTO (MICRO) POLÍTICO

Nadia Hage Fialho

Ivan Luiz Novaes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113121>


CAPÍTULO 2..... 15

O DIREITO À EDUCAÇÃO E A ADOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS AMBICIONANDO A EFETIVAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) FIRMADOS NA AGENDA 2030

Cilene Magda Vasconcelos de Souza

Gabriel Mateus Moura de Andrade


José Luiz Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113122>

CAPÍTULO 3..... 27

FATORES ASSOCIADOS AO ABANDONO ESCOLAR DE ESTUDANTES DE CLASSES POPULARES, DO ENSINO BÁSICO, NO BRASIL E PORTUGAL: EM BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES

Clara Maria Almeida Rios


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113123>

CAPÍTULO 4..... 45

FORMAÇÃO E ENSINO EM SAÚDE: ASPECTOS QUE PERMEIAM A CONSTRUÇÃO DO SER DOCENTE

Renata Scartezini Martins

Kelen Antunes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113124>

CAPÍTULO 5..... 56

ESTILOS PARENTALES Y EL ROL ASUMIDO EN LA VIOLENCIA EN EL NOVIAZGO EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS

Claudia Rocío Bueno Castro

Gloria Margarita Gurrola Peña

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113125>

CAPÍTULO 6..... 68


ESTRÉS ACADÉMICO Y LOCUS DE CONTROL EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS: UN ESTUDIO COMPARATIVO







Aurora León Hernández

Sergio González Escobar


Norma Ivonne González Arratia López Fuentes

Blanca Estela Barcelata Eguiarte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113126>

CAPÍTULO 7.....	79
INTERLOCUÇÕES POSSÍVEIS ENTRE A VIDA E O PROCESSO DE CRIAÇÃO DE FRANS KRAJICBERG E A ÁREA DE EDUCAÇÃO, POTENCIALIZADAS PELO PENSAMENTO DE GILLES DELEUZE	
Uillian Trindade Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113127	
CAPÍTULO 8.....	90
A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E O DESAFIO DA MEDIAÇÃO DO TRABALHO EDUCATIVO	
Ivanete Rodrigues dos Santos	
Gilberto Gomes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113128	
CAPÍTULO 9.....	97
PRÁTICAS RESTAURATIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR	
Carla Giselle Duenha de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.7792113129	
CAPÍTULO 10.....	112
NORMATIVAS LEGAIS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O CURRÍCULO DOS CURSOS DE LICENCIATURA EM FÍSICA	
Yasmin dos Santos de Araujo	
Yara Araujo Ferreira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131210	
CAPÍTULO 11.....	125
PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO GAMIFICADO PARA APRENDIZAGEM DE CIÊNCIAS POR ALUNOS SURDOS	
Raquel Fonseca Maldonado	
Mariana Leite Marques da Silva Bezerra	
Edison Souza Trindade	
Tábata de Oliveira Santana	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131211	
CAPÍTULO 12.....	136
GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: O QUE DIZEM CRIANÇAS E PROFESSORAS?	
Gislene Cabral de Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131212	
CAPÍTULO 13.....	150
A IMPORTÂNCIA DA EXTENSÃO COMO COMPLEMENTO DE ENSINO DE CIÊNCIAS E BIOLOGIA PARA AS ESCOLAS DA REDE BÁSICA DO ESTADO DE SERGIPE	
José Vítor Rodrigues Santos	
Andrea Ferreira Soares	
Aline Lima de Oliveira Nepomuceno	

Francisco Prado Reis
Vera Lúcia Corrêa Feitosa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131213>

CAPÍTULO 14..... 163

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: O QUE REVELAM OS DISCENTES DO ENSINO SUPERIOR


Osmar Mackeivicz
Viridiana Alves de Lara Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131214>

CAPÍTULO 15..... 174

O DISCURSO DE AUTOAJUDA E AS PRÁTICAS IDENTITÁRIAS DO SUJEITO PROFESSOR

Samuel Cavalcante da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131215>

CAPÍTULO 16..... 188

O USO DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS (REA) NA ADAPTAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA SURDOS

Helano da Silva Santana Mendes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131216>

CAPÍTULO 17..... 200

PONDERANDO EL PROCESO METACOGNITIVO EN NORMALISTAS POR MEDIO DEL APRENDIZAJE ACELERADO


Miryam Nava Cervantes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131217>

CAPÍTULO 18..... 207

IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO IFPA

Maria Cristina Afonso Ferreira
Maria de Fátima Matos de Souza

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131218>

CAPÍTULO 19..... 225

A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DA REGIÃO SUDESTE DO PAÍS DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

Letícia Pereira de Sousa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.77921131219>

SOBRE OS ORGANIZADORES 233

ÍNDICE REMISSIVO..... 234

CAPÍTULO 18

IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO IFPA

Data de aceite: 01/12/2021

Data de submissão: 13/09/2021

Maria Cristina Afonso Ferreira

Universidade Federal do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/7478465108400620>

Maria de Fátima Matos de Souza

Universidade Federal do Pará
Belém-Pará

<http://lattes.cnpq.br/4562453070537953>

RESUMO: O texto apresenta a análise realizada na pesquisa de mestrado referente a implementação das políticas de permanência estudantil na educação básica no Instituto Federal do Pará – IFPA Campus Abaetetuba, no período 2012-2017, políticas essas ligadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Revelam-se na pesquisa documental as ações desenvolvidas no PNAES no campus ao longo dos cinco anos de implementação, e nas falas da gestão e alunos, as limitações dessa: no processo seletivo, nos recursos para a política. Suscita a reflexão de que as ações da política não atendem em plenitude as proposições legais e institucionais, apesar de relacionarem na permanência dos alunos nos cursos de educação profissional de nível médio.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas de Assistência Estudantil. Educação Profissional. Evasão. Permanência Estudantil.

IMPLEMENTATION OF THE STUDENT PERMANENCE POLICIES IN BASIC EDUCATION IN IFPA

ABSTRACT: The paper presents the analysis made in the Master's research related to the implementation of policies of student permanence in basic education in the Federal Institute of Pará - IFPA, Abaetetuba Campus, in the period 2012-2017, policies related to the National Program of Student Assistance - PNAES. The documentary research reveals the actions developed in the PNAES on campus over the five years of implementation, and also students, the limitations of this policy: in the selection process, in monitoring, by the reduced team, and in the resources for the policy. The discussions proposed in this study stimulate the reflection that the actions of the cited policy do not fully attend the legal and institutional propositions despite being related to the permanence of students in high school professional education courses.

KEYWORDS: Student Assistance Policies. Professional Education. Evasion. Student Permanence.

1 | INTRODUÇÃO

No contexto do Instituto Federal do Pará, a evasão é um dos fatores que influencia diretamente nas políticas de permanência estudantis desenvolvidas ao longo da primeira década do século XXI, em vista aos quadros estatísticos que espelham as dificuldades de os alunos permanecerem naquela instituição relacionados aos fatores: externos e internos ao

ambiente escolar, reflexo nos estudos de evasão e permanência na educação profissional na última década.

Para enfrentamento da evasão, reprovação e repetência, o IFPA, assim como toda a Rede de Educação Profissional e Tecnológica, desde 2012, vem implementando a principal política de permanência em seu interior, que é a Política Institucional de Assistência Estudantil – PAE, oriundo do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (BRASIL, 2010).

Foi objeto desse estudo as ações do PNAES que, por meio do Decreto nº 7.234/2010, nasce no meio universitário para reduzir as limitações de cunho material e imaterial dos estudantes, na possibilidade de permitir as condições de permanência na instituição federal de ensino (MARTINS, 2017; NASCIMENTO, 2014). O programa de assistência estudantil prevê o desenvolvimento de ações nas áreas: **moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.**

As políticas de permanência estudantil são políticas de caráter social trazidas para as instituições escolares, ou que apresentam relações com estas, com o objetivo de favorecer o acesso, permanência e êxito dos estudantes da educação básica e superior. Como política, deve-se entender o processo que perpassa a elaboração, promulgação e implementação pelos sujeitos que fazem parte das instituições públicas. Para Limeira (2016), política é entendida como criação do novo, “uma produção de um documento, culminando em sua implantação”; refere-se tanto ao “texto” quanto ao processo de “implantação e desenvolvimento”, é sempre incompleta, pois necessita de “arranjos organizacionais” e ajustes às práticas já existentes.

O programa foi pensado com o objetivo de permanência do estudante na educação superior pública federal, em vistas das reivindicações dos movimentos estudantis da década de 1980, como o Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE e a União Nacional dos Estudantes – UNE. Foi estendido aos institutos federais de educação, uma vez que estes, a partir da Lei nº 11.892/2008, foram equiparados às universidades.

O Decreto nº 7.234/2010 especifica a abrangência:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo **os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão** e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente (BRASIL, 2010, **grifos nossos**).

O artigo mencionado destaca que os institutos federais executarão as ações de assistência estudantil nas áreas que englobam o ensino, a pesquisa e a extensão, além de

outras necessidades trazidas pelo corpo discente. É o único artigo do decreto que aponta o desenvolvimento das ações da política para esta instituição; nos demais, demarca-se em totalidade a atenção ao ensino superior público das universidades, no que condiz à garantia do acesso, permanência e conclusão de cursos por seus estudantes.

Como uma política mais estratégica para as universidades públicas, a aprovação desse plano desencadeou, no interior dos institutos federais de educação, o processo de elaboração de suas próprias políticas e regulamentos e a execução dos programas, em virtude da natureza destas instituições quanto à oferta de cursos que abrangem a educação básica, técnica e tecnológica (BRASIL, 2008).

Desse modo o artigo, fruto da pesquisa do Programa de Mestrado Acadêmico em Currículo e Gestão da Escola Básica da Universidade Federal do Pará, estrutura-se em dois itens que abordam a implementação da política de assistência estudantil ao longo de cinco anos no âmbito do IFPA campus Abaetetuba, no que concerne à análise documental disponibilizada pela coordenação do programa do campus; além do item que apresenta a visão dos participantes da pesquisa no que consiste a essa implementação, em vista as entrevistas aplicadas com os discentes que são beneficiados pelo auxílio.

Desse modo, utilizou-se da pesquisa documental, em que o procedimento de coleta de dados, de acordo com Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), requer do pesquisador uma análise cuidadosa, uma vez que alguns documentos ainda não passaram por tratamento científico, e é preciso seguir a etapa de preparação que inicialmente passa por localizar os textos mais pertinentes e avaliar a sua credibilidade e representatividade, para que a análise possa ser satisfatória na preocupação de entender o sentido da mensagem no contexto histórico de produção do documento, sendo indispensável para documentos produzidos em um passado distante ou recente.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas, o que, na visão de Yin (2001), é uma principal e essencial fonte de coleta dos dados no estudo de caso. Ao mesmo tempo que valoriza a presença do pesquisador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, para dessa forma enriqueça a investigação, apoiando-se em questionamentos básicos, teorias e estudos realizados anteriormente que possuem relação com a pesquisa e podem oferecer amplo campo de investigação (TRIVIÑOS, 1987).

Cabe-nos delimitar os sujeitos participantes dessa técnica de entrevista semiestruturada:

Descrição	Quantitativo
Alunos (AL) do 3º ano do curso técnico integrado de Informática e de Edificações e que fazem parte de uma ou mais políticas de permanência	4
Alunos (AL) das turmas mais antigas do curso técnico subsequente em Informática e que fizeram parte de uma das políticas de permanência no ano de 2017	2
Direção de Ensino (DE) e Coordenação de Assistência ao educando (CAE)	2

Quadro 1 – Participantes da Entrevista

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O referido critério de seleção esteve relacionado com o quantitativo de alunos que fazem parte da oferta do integrado e do subsequente nos dois cursos mais antigos do campus, Informática e Edificações, e os que já estavam sendo atendidos desde o ingresso no campus pela política de permanência: assistência estudantil. Escolheu-se 2 alunos de cada turno, sendo eles: 2 do curso técnico integrado em Informática e 2 do curso técnico de Edificações (1 de cada turno); em relação aos alunos do subsequente, escolhemos dois alunos que receberam auxílio no exercício financeiro de 2017¹.

Em relação à gestão, optou-se por entrevistar os servidores que apresentam vínculos com a implementação da política: o Diretor de Ensino (DE) – ao qual a Coordenação de Assistência ao Educando (CAE) é vinculada – e o próprio coordenador, os quais puderam expor suas visões e contextualizar a implementação das ações de permanência no campus por meio de seus depoimentos orais.

Para análise dos dados usa-se a proposta de análise de conteúdo de Bardin (1977), por meio de uma leitura exaustiva dos documentos, de modo a fazer evadir-se impressões, emoções, conhecimentos, expectativas, para identificar nos escritos e nas falas coletadas relação com aspectos internos e externos dos estudos das políticas de permanência nos cursos de educação profissional técnica, situando-os em um contexto social e histórico e relacionando-os com a revisão de literatura.

21 A IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA NO IFPA NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO DE 2012 - 2017: A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O IFPA é formado por 18 (dezoito) campi, distribuídos no Estado do Pará. No caso do IFPA Abaetetuba, campus pesquisado, atende a educação básica nos cursos técnicos subsequente e integrado ao ensino médio, em vista a proposta da educação integrada. O IFPA busca romper com a dicotomia da educação brasileira, entre trabalho manual

¹ O Campus Abaetetuba concluiu o seu ano letivo de 2017 em abril de 2018.

e intelectual, entre saber e fazer, conforme prevê a Lei nº 11.892/2008, de criação dos institutos federais, e expressa no Projeto Pedagógico Institucional - PPI (IFPA, 2017, p. 67-68):

Os cursos técnicos de nível médio ofertados no IFPA, de acordo com as legislações que regulamentam a Educação Básica e a Educação Profissional, têm como objetivo formar cidadãos para exercer uma educação como profissionais técnicos de nível médio, com uma sólida educação básica articulada com o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia. A formação cidadã significa a construção da autonomia e a superação da dualidade histórica entre os que são formados para o trabalho manual e os que o são para o trabalho intelectual – a histórica separação entre o pensar e o fazer, característica segregadora advinda do modelo capitalista.

Nesse mesmo documento, destaca-se que o instituto prioriza a oferta de cursos integrados ao ensino médio, desse modo na educação básica, em atenção ao que prevê a lei de criação dos institutos, propondo como concepção dessa integração a reafirmação da superação do ensino tradicional com foco em um novo paradigma, que supere a sobreposição entre campos de conhecimento e campos de profissionalização, e considere a articulação entre ciência, tecnologia, cultura.

Nesse cenário, a Assistência Estudantil, ao se consolidar como política pública na primeira década do século XXI, por intermédio do PNAES – Decreto nº 7.234/2010 –, surge para atender aos alunos que se encontram em situação de vulnerabilidade social nas instituições federais de ensino, por não possuírem suporte material para se manterem na instituição. Essa vulnerabilidade relaciona-se à pobreza, porém vai além da compreensão dela como privação material, relacionada à ausência ou insuficiência de renda, bem como ao precário ou nulo acesso aos serviços públicos, risco social, fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiência) (VIANA, 2016).

A questão de permanência na escola é um processo que agrega diferentes fatores, entre eles estão os vinculados às questões pedagógicas e financeiros/materiais dos estudantes, na maioria das escolas da rede pública, e as ações dessa natureza restringem-se ao desenvolvimento de projetos que fortaleçam as práticas educativas, à oferta de livros didáticos por meio do Programa Nacional de Livro Didático – PNLD, além do atendimento à legislação que inclui as minorias (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2015). Não há destinação de recursos específicos ao suporte material dos estudantes.

O IFPA Campus Abaetetuba atende a educação nas diferentes modalidades de oferta de educação profissional e tecnológica. Em relação aos cursos técnicos de nível médio, levantou-se o quantitativo de alunos na modalidade de oferta presencial – subsequente e integrada.

Em relação à implementação da política em cada campus se dará por meio do Programa de Assistência Estudantil – PAE, no IFPA Campus Abaetetuba, no período de

2012 a 2017, foi implementado, na maioria de suas ações, por meio da oferta de auxílios financeiros aos alunos para custear despesas com alimentação, transporte, moradia, saúde, apoio pedagógico, inclusão digital, participação em eventos técnicos, científicos e bolsas de iniciação científica. De acordo com o quadro a seguir:

AÇÃO DO PAE	ANO DE OFERTA
Auxílio Transporte	2012
Auxílio Permanência ²	2013
Auxílio Material Didático	2013
Apoio a participação em eventos	2013
Auxílio Material Didático	2014
Auxílio Inclusão Digital	2014
Apoio participação em eventos	2014
Auxílio Alimentação	2014
Auxílio Moradia	2014
Auxílio Transporte	2014
Auxílio Alimentação	2015
Auxílio Transporte	2015
Auxílio Material Didático	2015
Apoio a participação em eventos	2015
Auxílio Eventual ³	2015
Auxílio Moradia	2016
Auxílio Transporte	2016
Auxílio Alimentação	2016
Auxílio Saúde	2016
Apoio a participação em eventos	2016
Auxílio Eventual	2016
Kit apoio pedagógico	2016
Auxílio Alimentação	2017
Auxílio Transporte	2017
Auxílio Moradia	2017
Apoio a Participação em Eventos	2017

² Consiste em um auxílio único ofertado aos estudantes com vulnerabilidade social do campus, no ano de 2013, para custear despesas com alimentação, transporte ou moradia.

³ Dado coletado por meio da entrevista com o Diretor de Ensino do campus.

Bolsas de Pesquisa	2017
Auxílio Eventual	2017

Quadro 2 – Implementação do PAE IFPA Campus Abaetetuba de 2012-2017⁴

Fonte: Construído pela autora com base nos documentos da Coordenação de Assistência ao Educando IFPA Campus Abaetetuba (2018).

No Quadro 2 observa-se que tais auxílios trazem no período de estudos sempre as ações prioritárias da política: alimentação e transporte; em relação à moradia, esta aparece no ano de 2013, intercambiando com auxílio inclusão digital apenas no ano de 2014; o apoio à participação em eventos não foi ofertado no ano de 2012; o auxílio saúde no ano de 2016, o Kit Apoio Pedagógico⁵ em 2016 e bolsas de pesquisa no ano de 2017. Considere-se que a implementação da política no campus tem apenas cinco anos, o que é perceptível no quadro extraído dos documentos disponibilizados pelas CAE.

Outro aspecto a destacar nas ações apresentadas no Quadro 2 é a não linearidade da oferta dos auxílios no período analisado. Identifica-se no período que houve duas normativas institucionais que nortearam a implementação da PAE no IFPA: a Resolução nº 134/2012 e a Resolução nº 147/2016.

A Resolução nº 134 não apresentou linhas prioritárias de ações. Pressupõe-se que a oferta das ações de 2012-2016 não estava limitada às prioridades, enquanto que com a Resolução nº 147 (2016) há a delimitação de quatro linhas prioritárias: alimentação, transporte, moradia e apoio pedagógico, ações estas visíveis no ano de 2017. Além disso, essa oferta é discutida no Fórum Interno Estudantil, que apresenta as suas necessidades à gestão e à comissão de elaboração do Plano de Trabalho Anual – PTA da coordenação da CAE, e o documento gerado é encaminhado à Direção Geral do Campus para validar ou não a ação.

Desse modo cabe, diante desses dados documentais, contextualizar a visão daqueles que tiveram relação e são beneficiários da política no campus de Abaetetuba no período da implementação aqui investigado, apontando para os aspectos pertinentes ao processo de seleção, ao acompanhamento de estudante que integra a política, os recursos disponíveis e a questão dos recursos financeiros.

2.1 A Implementação da Assistência Estudantil no IFPA: A Visão dos Participantes da Pesquisa

Como exposto, as políticas são influenciadas pelos diferentes sujeitos que apresentam interesses diversos, como o governo e os movimentos sociais. No processo de implementação, as políticas públicas são desenvolvidas de acordo com as perspectivas e necessidades dos que lidam diretamente com a política. No caso do PAE no campus, é

⁴ Essas ações do PAE Campus Abaetetuba foram coletadas pelos documentos disponibilizados à pesquisa pela coordenação de assistência ao educando, não sendo identificado o auxílio eventual nos documentos apenas nas entrevistas.
⁵ Ação administrada da Pró-Reitoria de Administração que contemplou todos os campi do IFPA.

ainda reflexo das legislações que o orientam, no âmbito nacional e institucional, bem como dos recursos que determinam até onde deve ir e a quantidade de alunos que pode atender. Dessa forma, recebe influências dos arranjos organizacionais locais, conforme destaca Limeira (2016).

As carências de cunho material dos estudantes foram identificadas pelo FONAPRACE (2012, p. 61), no contexto das instituições federais de educação, pois, por meio da política de assistência estudantil, mais estudantes carentes seriam assistidos com moradia, alimentação, programas de bolsas e saúde. Como resultado do grande esforço dos movimentos estudantis e do fórum, “hoje temos condição de oferecer ao estudante ações que auxiliarão significativamente em sua formação”.

No IFPA Campus Abaetetuba, a implementação da política se vincula, entre outras ações, à oferta de editais de auxílios financeiros, nas ações prioritárias: alimentação, transporte e moradia, essas frentes são as que os alunos perceberam no período em que estiveram no campus; já a gestão demarca outras, como apoio à participação de eventos, auxílio eventual, apoio pedagógico e bolsa de pesquisa. Para pleitear as vagas nessas ações, os estudantes precisam submeter-se ao processo seletivo, que foi uma unidade de análise recorrente nas falas dos alunos entrevistados e é apresentado a seguir.

2.1.1 Processo de Seleção

O processo de seleção dos estudantes é conduzido por um edital, iniciando-se pela **inscrição**, com o preenchimento de um formulário socioeconômico e entrega da documentação comprovatória, para compor material para a **análise** socioeconômica realizada por um assistente social e posterior **classificação** pelos critérios pré-estabelecidos, como a renda per capita de um salário mínimo e a comprovação da vulnerabilidade social dos estudantes, com a apresentação dos documentos vinculados a essa, para culminar na inclusão desses no programa e posterior pagamento mensal do valor financeiro (IFPA, 2016).

O DE e CAE do campus explicam o processo:

[...] uma das dificuldades ainda do aluno não receber o auxílio é mais a parte que eles chamam de burocrática, **mas que para nós é a parte essencial**, que é a documentação organizada para instruir o processo, então nessa organização de documentação é que os alunos [...] preferem não receber, em muitos casos, do que organizar. (DE, 2018, **grifo nosso**).

O processo de seleção é considerado extenso e com muita exigência pela gestão, mas é pré-definido na Resolução nº 147/2016/IFPA e nos editais. Esse processo acarreta desistência de alguns alunos em participar do processo e outros acabam não contemplados por não entregarem toda a documentação requerida, de acordo com a fala abaixo:

[...] alguns alunos, como negligência, acabaram não participando por não se atentarem, outros por observarem que [...] não estão em situação de

vulnerabilidade social, e saem do processo, [...] tem aqueles que acabam se atrasando, não conseguindo efetuar a sua inscrição a tempo, mas tivemos cerca de quinhentas e oitenta inscrições em 2017 e para todos esse recurso nós conseguimos fazer a concessão de no mínimo dois auxílios, dando um total de duzentos ou trezentos reais mensais conforme o auxílio requerido pelo aluno (CAE, 2018).

Pelo exposto, identifica-se que a condução do processo representa uma problemática da implementação da política, uma vez que a excessiva exigência de documentos reflete o que os estudiosos de políticas educacionais discutem, que os beneficiários dessas políticas precisam comprovar situação de 'pobreza', não colocando como um direito público o acesso e permanência na escola, como expresso na Constituição Federal (1988), em Frigotto (2012), em Pereira-Pereira e Stein (2010) e em Laurell (2002).

Os alunos, em relação à unidade de análise temática processo de seleção, apresentam críticas para essa fase, uns problematizando mais, outros menos, opinando em relação às informações referentes ao processo seletivo, ao período das inscrições e à efetivação que, ao longo do tempo em que estão no IFPA, sofreu modificações, com a mudança da entrega da documentação de presencial junto à CAE para o sistema eletrônico através do Sistema de Registro Acadêmico (SIGAA). Apesar de o trabalho delimitar o estudo até o ano de 2017, os alunos trouxeram, nessa unidade de análise, as mudanças vivenciadas em 2018 no processo, pois as entrevistas foram aplicadas em 2018, em meio ao referido processo de seleção do mencionado ano.

Em relação ao processo seletivo, posicionam-se sobre as exigências documentais, a modificação do envio no sistema eletrônico das documentações e a demora no processo:

[...] tem muitas coisas a melhorar, principalmente a questão da inscrição no auxílio, que atrasa demais, muitas vezes é um processo longo, que apresenta vários empecilhos durante esse caminho [...]. A última agora que teve foi pela internet, pelo site, e FOI BEM COMPLICADO! Não sabíamos o que fazer, quais os documentos para anexar, a questão da renda, comprovante de renda, não tem! não sabe como anexar os documentos, não se sabe quais anexar, aí fica difícil! (AL01, 2018).

A referida aluna demonstra insatisfação em relação à demora no processo e aos "empecilhos" durante o mesmo, o que acarreta prejuízos para aqueles que precisam do auxílio para permanecerem na instituição, fato esse também enfatizado na fala do CAE. Aponta a alteração para o envio eletrônico dos documentos, pois com isso não há mais a entrega dos documentos na CAE, reduzindo o contato com a coordenação para explicitar as dúvidas sobre o processo, colocando a responsabilidade exclusiva no aluno para enviar a sua documentação comprovatória via SIGAA.

Em relação às dúvidas no processo, relacionam-se com a questão do alcance das informações dos assuntos sobre a assistência estudantil aos interessados. Pelo posicionamento, a comunicação não está sendo bem sucedida, pois há dúvidas em relação a quais documentos anexar, em específico, o que reflete na seleção. Isso foi

também constatado na pesquisa de Abreu (2012) no IFMA – Instituto Federal de Educação do Maranhão, em que aluno e gestão da assistência estudantil reconheceram que a comunicação sobre os programas e projetos é falha, pois uma parcela dos alunos não tinha acesso ou não compreendia as informações disponibilizadas pelo setor. Destaca-se:

Quando a informação é determinante ao acesso às políticas públicas, parte-se do entendimento de que a disponibilização da informação acerca dos procedimentos necessários para a utilização do serviço, programas e projetos favoreceria condições de igualdade a quem tivesse interesse em pleitear a oportunidade de participar dos mesmos, ampliando as possibilidades de acesso (ABREU, 2012, p. 114).

Observa-se que, apesar dos instrumentos utilizados para a divulgação desses procedimentos, essa igualdade de oportunidade não tem sido favorecida de forma plenamente satisfatória, pois editais e sites não estão sendo suficientes para o alcance e compreensão das exigências de modo de efetuar a inscrição para o recebimento do auxílio.

Entretanto, identifica-se que há aqueles que ficaram satisfeitos com essa alteração:

Eu acho positivo, fazer pela internet, porque hoje em dia todo mundo quase tem celular, então para escanear um documento é bem fácil. É só escanear e colocar, mesmo quem não tem acesso internet em casa, pode vir aqui na escola, acessar a internet e fazer o cadastro, fica bem mais fácil, do que organizar um monte de documentos, trazer aqui, que pode até acabar perdendo, esquecendo (AL02, 2018).

Destacam o avanço nesse processo: “A inscrição, quando era para trazer os documentos aqui, **era um pouco desgastante**, porque a gente ficava horas em fila esperando. **Eram somente dois atendentes**, mas esse ano fizemos todo o processo pelo site, achei bacana, legal” (AL03, 2018, **grifo nosso**).

Na inscrição há a exigência de um número significativo de documentos do aluno e dos seus familiares, dentre os quais: RG, CPF, comprovante de renda (quando há), contrato de aluguel (este último se o aluno pleiteia o auxílio moradia) (IFPA, 2017), além do preenchimento do questionário socioeconômico, como expresso na fala a seguir:

É bem trabalhoso, para os alunos também, **porque tem que trazer todos os documentos**, eu achava melhor que algumas vezes fossem guardados os documentos, como os documentos de familiares, da própria pessoa não é preciso trazer, toda vez, toda vez, toda vez de novo o documento, porque o documento não muda, sempre é o mesmo (AL02, 2018, **grifo nosso**).

Apesar de o aluno AL02 achar, na fala anterior, positiva a mudança para o sistema online, não deixa de considerar que o processo é trabalhoso, mas, com essa alteração para a inscrição exclusivamente online, já há a possibilidade de os documentos pessoais dos alunos serem armazenados, e na renovação do auxílio exigem-se apenas os comprovantes de aluguéis e de renda atualizados. Além do aluno, o CAE também apontou o processo como desgastante, pois os alunos têm que entregar um número expressivo de documentos à CAE, e esta, por meio do assistente social, precisa avaliar e analisar os documentos de

todos os inscritos no processo de seleção, além de esse profissional precisar ainda realizar visitas domiciliares.

No CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, fora proposta, no processo de implementação da política de assistência estudantil, a necessidade de desenvolvimento de estratégias que favoreçam um trabalho mais coeso, integrado para o fortalecimento das informações da política no interior da Secretaria de Política Estudantil, responsável pela gestão da política, como defendem Oliveira e Oliveira (2015, p. 205):

[...] iniciativa importante nesse sentido seria a divulgação permanente dos programas e ações dessa secretaria possibilitando, assim, a circulação de informações sobre os programas e ações de assistência estudantil, tanto para os estudantes quanto para os funcionários, em especial, para os docentes.

Os assuntos em relação à política precisam ser socializados não apenas ao seu público, mas também aos servidores, com destaque aos docentes, pois esses são os mais próximos dos estudantes. Aponta-se para o processo de fortalecimento da comunicação em relação à política: melhoria da linguagem utilizada para o melhor entendimento dos estudantes e alcance da política; aprimoramento das estratégias para divulgação das ações e programas, a fim que as informações sobre o trabalho da assistência estudantil atinjam todos no momento em que se matriculam na instituição; e outros relacionados à seleção para recebimento do auxílio, bem como o aprimoramento do acompanhamento ao estudante que fazem parte desse programa, como se discorre a seguir.

2.1.2 Recursos para a PAE

Com a instituição do PNAES (2010), houve para a ação orçamentária assistência ao educando da educação profissional, que era de R\$30.497.703,11 no ano de 2010, passando para R\$101.224.792,41 em 2011 e R\$127.201.944,23 em 2012, de acordo com Taufick (2014). Representa isso um montante expressivo para os institutos, se comparado ao ano de 2010, o que influenciou o movimento de estruturação da política, entretanto, considerado um dos maiores montantes de recursos para os institutos, ainda não chega ao alcance do valor estipulado pelo FONAPRACE (2012).

No IFPA (2016), os recursos para a PAE são descentralizados aos campi, considerando-se a média ponderada do índice de desenvolvimento humano dos municípios de abrangência do campus e o número de alunos regularmente matriculados por nível de ensino – essa descentralização deve ser legitimada pelo Conselho Superior do IFPA.

Nos últimos dois anos, o IFPA Campus Abaetetuba sofreu redução de recursos para a Assistência Estudantil, expressa na entrevista com o DE, o que impossibilitou o desenvolvimento de todas as ações da política, em vista dos princípios propostos na Resolução nº 147/2016, artigo 7º: desenvolvimento integral, inclusão social, equidade nas condições de acesso, permanência e êxito, incentivo à participação dos estudantes nos

assuntos da assistência estudantil. Destaca-se essa problemática:

[...] não é suficiente, no entanto **tivemos queda deste recurso nos dois últimos anos** e o que isso causou um rateio diferenciado, **onde nós tivemos que recuar com a oferta de alguns auxílios**, vamos supor, em 2015 demos um grande passo que foi ofertar o auxílio moradia, sabemos que nosso campus atende a região do Baixo Tocantins e muitos pais não tem condições de vir para o campus, até para o aluno fica inviável ir e voltar, até quem mora nas ilhas é inviável a gente teve oportunidade de ofertar o auxílio moradia. Íamos fazendo uma escala de oferta para ofertar o auxílio bolsa atleta, já estava nessa perspectiva, íamos ganhar professores de educação física para os alunos participarem de jogos e auxílios creche e **tivemos que dar uma segurada**, devido essa situação. (DE, 2018, **grifo nosso**).

Tal problemática leva à discussão sobre o desenvolvimento da política no âmbito dos institutos federais, defendida pelo Conselho da Rede de Educação Profissional e Tecnológica – CONIF, já levantada neste texto, uma vez que a implementação precisa contemplar as especificidades dos institutos, em atenção à oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades da educação básica e superior, além de considerar as características das regiões onde estão localizados os campi.

No processo de implementação no Campus Abaetetuba, devem-se considerar a sua localização na região do Baixo Tocantins, os aspectos peculiares dos municípios paraenses e os diversos entre eles. O campus recebe alunos das diferentes áreas circundantes, os quais, para o seu deslocamento ao campus, fazem uso de vias marítimas e/ou terrestres, a partir dos municípios, por exemplo, Moju-Abaetetuba, Barcarena-Abaetetuba, Igarapé-Miri-Abaetetuba, das ilhas para a cidade (Abaetetuba), do centro da cidade para o bairro do campus. Além disso, a cidade de Abaetetuba não dispõe de ônibus coletivos, apenas existem mototaxistas, o que representa um custo alto para os alunos.

Essa conjuntura requer uma previsão diferenciada no planejamento e implementação das políticas públicas e, no caso do PNAES, na revisão de critérios e quantia de recursos destinados aos campi, pela realidade exposta nas diversas regiões do estado do Pará, uma vez que já se prevê o diagnóstico em relação ao número de alunos que estão no quadro de vulnerabilidade social da instituição (TAUFICK, 2013).

Nesse cenário, tem-se a questão do pagamento do auxílio: o edital nº 02/2017 prevê que a concessão do auxílio no campus se dará mediante a disponibilidade financeira orçamentária, com a averiguação das frequências dos alunos e solicitação do pagamento para a Direção de Administração e Planejamento do campus.

Nas falas do DE identifica-se que a questão do pagamento é às vezes problemática, pois o processo fica pronto, mas existe certa demora em relação ao repasse do valor pela Reitoria do IFPA: “[...] demorava, demorava, no entanto ano passado tiveram até que fazer um motim, já estava dois meses com o processo pronto e nada de vir dinheiro, o reitor, conseguiram de alguma forma, até foi estranho porque toda vez eles diziam que não tinha” (DE, 2018).

Essa fase foi apontada pelos alunos como um dos pontos negativos do PAE no campus, devido a essa efetivação do pagamento passar por atrasos contínuos:

[...] **a questão do atraso no pagamento é que se destaca mais** [...], já chegaram a até interditar o IF, a fechar, o pessoal do grêmio [...], por causa de atraso de pagamento, pois **estava há três meses atrasado** [...]. Sem falar que atrasa tanto! Que eu fiz a inscrição no início de 2017 ou lá pelo meio de 2017, recebi alguns meses e agora já tive que fazer a inscrição novamente e só vou receber quando os alunos novos entrarem (AL01, 2018, **grifo nosso**).

[...] sempre foi assim, **nunca conseguiram pagar no mês certo**, sempre passavam **uns três meses**, [...] depois eles pagavam dois meses ou pagavam um, no outro mês eles pagavam dois e tal e **sempre atrasava muito**, então era assim: **nós contávamos e não contava com o auxílio** porque nunca ele vinha no dia certo, nunca eles pagavam. (AL04, 2018, **grifo nosso**).

Os atrasos são recorrentes no pagamento do auxílio aos alunos beneficiários do PAE. Por um período de tempo de três meses, os alunos garantiam esse suporte no processo seletivo, mas na prática não recebiam no tempo indicado para a sua efetivação. Além de que isso pode ser uma ameaça à permanência dos alunos, como é o caso da aluna AL05: “ficou quase que impossível de continuar”. Os alunos relataram que, quando esse pagamento era feito, havia uma acumulação dos valores (parcelas) e os alunos já se organizavam para as despesas posteriores, como a questão do aluguel.

Sabe-se ainda que toda essa problemática de recursos para as instituições públicas de educação já se mostra como consequência da Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu limites orçamentários aos gastos públicos para um período de vinte anos, nas despesas dessa área, vinculando o aumento à inflação. Isso significa que os recursos para as áreas sociais serão previstos por meio de uma perspectiva ‘perversa’, pois se vinculam à variação IPCA, em um país onde 66% das famílias têm renda mensal de até R\$2.034,00; 46% de até R\$1.356,00; e apenas 1% tem rendimento mensal superior a R\$13.560,00 (MOURA; LIMA FILHO, 2017).

A implementação da PAE no Campus Abaetetuba apresenta influências dos que são condutores da política, bem como dos que são o foco da mesma: os alunos. Apesar de esses não se sentirem contemplados com as ações ofertadas, ficou evidente que o processo de escolha acontece, mas precisa ser aprimorado de maneira a fazer com que o Fórum Interno Estudantil seja um instrumento ativo de consulta e debates dos estudantes e de interlocução com a CAE no campus. Em meio às dificuldades de acompanhamento dos alunos, à equipe reduzida e às reduções orçamentárias, a implementação da política fica comprometida, inviabilizando a avaliação dos processos que a integram e o aprimoramento dos mesmos.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de permanência na educação profissional de nível médio, representadas

pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil, são a principal política implementada, nesse contexto, a desenvolver ações para a permanência daqueles alunos oriundos do processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Como tais políticas são originárias das universidades públicas, o próprio PNAES foca mais nessa realidade. Dessa forma, evidenciou-se que os institutos federais buscam desde 2010 adequar a política a sua realidade, como instituições também de educação básica, em favor de segurança jurídica e institucional.

No levantamento documental, no caso do Instituto Federal do Pará, essa instituição passa a desenvolver essa política a partir do ano de 2012, por meio de normativas institucionais, que se apresentam como provedoras da redução das desigualdades sociais e econômicas no interior da instituição, bem como na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento integral dos alunos

Preconiza-se a necessidade de garantia e efetivação das ações da assistência estudantil nos institutos para os estudantes de todas as modalidades de oferta, ao mesmo tempo que se deve levar em consideração que os institutos ainda precisam caminhar para aprimorar a implementação das ações da política, uma vez que tais instituições não possuem as mesmas experiências acumuladas ao longo dos tempos pelas universidades públicas, até mesmo pela sua organização administrativa estruturada no ano de 2008.

No Campus Abaetetuba identifica-se a implementação do Programa de Assistência Estudantil, no período de 2012-2017, com a diversificação de ações de prerrogativas legais, mas com ênfase nos auxílios financeiros de alimentação, transporte e moradia, reflexos das decisões junto ao Fórum Interno Estudantil. Os documentos também apresentaram previsões de ações que se estendem aos outros setores de ensino: Núcleo de atendimento as pessoas com necessidades educacionais especiais - NAPNE, Biblioteca, Assessoria Pedagógica, Enfermaria, etc., mas as maiores reivindicações dizem respeito aos auxílios, como processo de seleção, atendimento aos alunos beneficiários das políticas e informações sobre condução do processo e pagamentos, fatos esses recorrentes nas entrevistas e indicadores de uma das problemáticas mais evidentes na implementação.

Identifica-se que os alunos apenas consideram como assistência estudantil os auxílios financeiros, não se vislumbrando nas suas falas as outras ações previstas no planejamento da CAE, o que indica a necessidade de um trabalho mais expressivo nesse aspecto, para que os mesmos não entendam a assistência estudantil apenas como auxílio financeiro, mas que ultrapassa essa perspectiva, já que são os principais interessados.

Na pesquisa de campo no IFPA Campus Abaetetuba realizada com a gestão e alunos dos cursos técnicos de nível médio, eles consideram o processo de concessão do auxílio financeiro como burocrático e desgastante, momento esse que causa insatisfação tanto para alunos quanto para a gestão e aponta para a necessidade de aprimoramento do mecanismo de seleção, adoção de uma linguagem clara e acessível aos alunos de nível médio, otimização da avaliação documental dos estudantes pelo assistente social, para que

o tempo de espera entre a inscrição, o resultado e o pagamento do auxílio seja reduzido.

Outro fato identificado é a necessidade do aprimoramento da comunicação entre a Coordenação de Assistência ao educando e os alunos. Uma sugestão seria a promoção da participação efetiva do Fórum Interno Estudantil junto à coordenação para mediar a comunicação sobre os processos seletivos e pagamento do auxílio, evidenciada tanto nos documentos do III Fórum interno (2016) e do PTA (2017), quanto nas entrevistas como algo que incomoda muito os estudantes, pois eles ficam sem saber as principais informações sobre os auxílios.

A destinação de recursos para a política de assistência estudantil impacta diretamente na implementação das ações e na sua abrangência. Quanto à totalidade de alunos que se enquadram no público prioritário da política, aponta-se para um valor mais significativo para auxiliá-los no transporte, alimentação e material didático. Evidencia-se a adoção de critérios produtivistas, seletivos e excludentes para a participação dos estudantes na ação do auxílio financeiro, em específico. É necessário para a realidade da instituição o investimento na oferta de restaurante estudantil, uma vez que, pela proposta curricular e pedagógica dos cursos técnicos de nível médio, os alunos precisam estar presentes no campus, e os auxílios não estão atendendo em plenitude a essa frente.

Essa conjuntura demarca os grandes entraves na condução da política educacional, no tocante às instituições públicas, que, ao mesmo tempo que não possuem as equipes estruturadas, não dispõem de recursos suficientes para atender aos pressupostos legais estabelecidos nas legislações que as instituem. Constitui-se mais um desafio, juntamente com as questões pedagógicas e estruturais que atingem essas instituições.

Entretanto, percebe-se que a PAE no Campus Abaetetuba apresenta ainda uma distância em relação à legislação, que prevê, além do apoio financeiro ao aluno, a contribuição para a formação integral deste e a sua efetivação, pois os participantes da pesquisa deixaram evidente que todas as atenções se voltam para a ação dos auxílios financeiros, sendo este um dos limites que ainda precisam de aprimoramento. Porém, reconhece-se que o tempo dessa política ainda é pequeno, e que se fazem necessárias constantes avaliações e planejamentos sobre o seu desenvolvimento no IFPA e uma maior destinação de recursos, o que atualmente está inviabilizado pelo sistema político vigente.

REFERÊNCIAS

ABREU, Edna Maria Coimbra de. *A assistência ao estudante no contexto da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão: avaliação do processo de implementação*. 2012, 194 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2012.

ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues; ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. O trabalho da equipe multidisciplinar da assistência estudantil no IFCE – Campus Fortaleza/CE. *Exitus*, Santarém/PA, vol. 7, nº 2, p. 350-377, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/317>. Acesso em: ago. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. *Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008*. Lei de Criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia. 2008a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 11 abr. 2017 19h25min.

BRASIL. *Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010*. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. *Diário Oficial da União*, Brasília, Seção 1, n. 137, p. 5, 20 jul. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 447, de 15 de maio de 2018. *Diário Oficial da União*, Edição 93, Seção 1, p. 15, 16/05/2018. Disponível em: http://portal.imprensanacional.gov.br/material/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/14550357/do1-2018-05-16-portaria-n-447-de-15-de-maio-de-2018-14550353.

FÓRUM NACIONAL DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS – FONAPRACE. *Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares*. Brasília: ANDIFES; UFU, PROEX: 2012.

FRIGOTTO, Guadêncio. A gênese do Decreto n. 5.154/2004: um debate no contexto controvertido da democracia restrita. In: FRIGOTTO, Guadêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marize. (Org.). *Ensino Médio Integrado: concepções e contradições*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ - IFPA. *Resolução nº147/2016*. Regulamenta a Política de Assistência Estudantil no IFPA. CONSUP. 2016. Disponível em: <https://www.ifpa.edu.br/proreitoriaedeensino>. Acesso em: maio 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ - IFPA. *Projeto Pedagógico Institucional do IFPA*. Belém, 2017. Disponível em: <https://www.ifpa.edu.br/proreitoriaedeensino>. Acesso em: nov. 2017.

INSTITUTO FEDERAL DO PARÁ - IFPA. *Resolução nº 513/2017-CONSUP, 26 de dezembro de 2017*. Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFPA. Belém, 2017.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social no neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina. (Org.). *Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIMEIRA, Luciana Cordeiro. Políticas públicas e análise de políticas educacionais – concepções e processos num contexto de globalização. In: JESUS, Wellington Ferreira de; CUNHA, Célio da (Org.). *A pesquisa em educação no Brasil: novos cenários e novos olhares*. Brasília: UNESCO; Liber Livro, 2016.

MANFREDI, Maria Silva. *Educação Profissional no Brasil: atores e cenário ao longo da história*. Jundiá: Paco, 2017.

MARTINS, Luciana Paiva de Freitas Coêlho. *A política de assistência ao educando do IFMA: uma avaliação política da política*. 2017. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MEIRINHO, Manuel; OSÓRIO, Antônio. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EDUSER**: Revista de Educação, v. 2, n. 2, 2010.

MOURA, Dante; LIMA FILHO, Domingos Leite. A reforma do ensino médio regressão de direitos sociais. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 11, n. 20, p. 109-129, jan./jun. 2017. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em agosto de 2018.

NASCIMENTO, Clara Martins do. A assistência estudantil consentida na contrarreforma universitária dos anos 2000. *Universidade e Sociedade*, ano XXIII, nº 53, 2014.

OLIVEIRA, Ramon de. *Agências Multilaterais e a Educação Profissional Brasileira*. Campinas, SP: Alínea, 2006.

OLIVEIRA, Gleice Emerick de; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 3, p. 198-215, 2015. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1299v>. Acesso em: ago. 2018.

PEREIRA-PEREIRA, Potyara Amazoneida; STEIN, Rosa Helena. Política social: universalidade *versus* focalização. Um olhar sobre a América latina. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. (Org.). *Capitalismo em crise, política social e direitos*. São Paulo: Cortez, 2010.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. *Taxa de evasão dos cursos técnicos de nível médio do IFPA Campus Abaetetuba ano de 2017*. Disponível em: <https://www.plataformanilopecanha.org/>. Acesso em: set. 2018.

TAUFICK, Ana Luíza de Oliveira Lima. *Avaliação da política de assistência estudantil dos institutos federais para o PROEJA*. Dissertação (Mestrado) — Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

TAUFICK, Ana Luíza de Oliveira Lima. Análise da Política de Assistência Estudantil dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *RBPAAE*, v. 30, n. 1, p. 181-201, jan/abr. 2014. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/50020>. Acesso em: dez. 2017.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pista teórica e metodológica. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, ano I, n. I, jul. 2009.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. *Na travessia: assistência estudantil na educação profissional: As interfaces das políticas de assistência social e educação*. 2017. 190 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/23610/1/2017_JacquelineDomienneAlmeidadeSouza.pdf. Acesso em: set. 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO – TCU. Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programa de Governo. *Relatório de auditoria da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica*. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D92847E5F3E97>. Acesso em: 25 abr. 2017 20h19min.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

VIANA, Daniella Araújo Facchini. *O programa de assistência estudantil e a cidadania: perspectivas dos alunos do ensino técnico integrado ao médio*. 2016. 200 f. Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino, São João da Boa Vista, SP, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4932573. Acesso em: 10 maio 2018.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abandono escolar 27, 28, 29, 30, 37, 39, 40, 41, 42, 44
Acessibilidade 125, 188, 198
Aprendizaje acelerado 200, 201, 202, 204, 206
Arte 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 150, 187
Autoajuda 174, 175, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 184, 185, 186
Avaliação da aprendizagem 95, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 172

B

Biologia 94, 115, 124, 134, 135, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 159, 161

C

Ciências 13, 27, 33, 37, 38, 39, 42, 43, 45, 46, 51, 83, 90, 110, 114, 115, 116, 119, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 135, 139, 140, 150, 151, 152, 154, 155, 156, 158, 161, 162, 176, 222, 223, 224, 233
Círculos de construção de paz 97, 99, 103, 104, 106, 109
Classes populares 27, 28, 30, 42
Comunicação gesto-visual 125
Comunidade escolar 91, 97, 100, 103, 108, 110, 127, 129, 150, 151, 152, 156, 159, 160
Coordenação pedagógica 90, 91, 92, 93, 96
Corpo 9, 52, 93, 114, 129, 130, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 149, 158, 179, 182, 208, 209
Currículo 43, 95, 105, 112, 113, 115, 118, 121, 122, 134, 147, 209

D

Desempenho escolar 28, 30, 31, 32, 39, 43, 159, 161
Desenvolvimento 1, 2, 3, 5, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 31, 32, 38, 40, 42, 43, 48, 49, 51, 55, 90, 91, 92, 95, 97, 99, 100, 101, 104, 107, 108, 109, 113, 114, 116, 118, 122, 123, 139, 147, 152, 153, 154, 158, 160, 163, 167, 168, 171, 183, 189, 190, 191, 192, 208, 209, 211, 217, 218, 220, 221, 225, 227, 228, 230, 233
Discentes 45, 46, 92, 125, 152, 153, 154, 163, 164, 171, 204, 209, 228, 229, 230
Docência 45, 47, 52, 53, 55, 93, 117, 124, 134, 153, 164, 165, 166, 171, 172, 173, 233

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 30, 32, 37, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 107, 109, 110,

112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 123, 124, 125, 126, 127, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 157, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 180, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 198, 199, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 228, 231, 232, 233

Educação a distância 49, 50, 55

Educação infantil 6, 136, 137, 138, 139, 141, 144, 145, 146, 147, 148, 149

Educação profissional 2, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224

Ensino superior 6, 14, 22, 30, 52, 53, 55, 81, 113, 118, 154, 163, 164, 165, 166, 169, 172, 199, 208, 209, 225, 226, 227, 228, 232, 233

Escola 2, 14, 19, 27, 30, 32, 39, 41, 42, 44, 47, 51, 80, 81, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 110, 111, 117, 126, 134, 136, 137, 140, 141, 142, 146, 147, 156, 157, 158, 167, 168, 172, 184, 185, 193, 198, 209, 211, 215, 216, 223

Estilo parental 56, 57, 58, 61, 63, 64

Estrés acadêmico 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77

Estressores 68, 69, 70, 72

Evasão 42, 168, 207, 208, 223, 227

Exclusão 28, 39, 42, 43, 143, 154, 180

Extensão 2, 3, 4, 6, 36, 52, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161, 162, 208, 233

F

Família 1, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 40, 41, 42, 44, 82, 99, 104, 140, 147, 148, 181

Formação 1, 4, 22, 28, 33, 34, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 53, 55, 83, 88, 91, 93, 94, 95, 96, 103, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 129, 143, 153, 154, 162, 164, 165, 166, 168, 172, 173, 179, 211, 214, 221, 226, 233

Formação docente 91, 93, 96, 113, 117, 118, 121, 122, 162

H

Habilidades cognitivas 200, 203

Humanismo 84, 177, 178

I

Identidade 5, 27, 29, 44, 46, 52, 53, 113, 122, 124, 137, 141, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 187

Infância 22, 31, 36, 108, 136, 138, 139, 143, 148, 149

J

Justiça restaurativa 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 108, 109, 110, 111

L

Legislação para formação de professores 112, 115, 116

Licenciatura em Física 112, 113, 116, 120, 122, 123, 124

Língua Brasileira de Sinais - Libras 188, 192

Locus de control 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77

M

Mediação pedagógica 55, 90, 91

Metacognición 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

N

Neoliberalismo 174, 186, 222

P

Pedagogia visual 125, 126, 127, 129, 134

Permanência estudantil 207, 208

Políticas de assistência estudantil 207

Políticas públicas 7, 8, 11, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 24, 42, 140, 149, 184, 190, 213, 216, 218, 222, 223, 226, 227, 231, 232

Professor 4, 5, 15, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 90, 93, 94, 95, 102, 112, 114, 115, 118, 124, 128, 133, 137, 153, 155, 156, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 189, 192, 198, 233

R

Recursos Educacionais Abertos - REA 188, 195, 198

Relações de gênero 136, 137, 141, 142, 144

Rizoma 79, 84, 85, 87, 88

S

Saúde 7, 21, 45, 46, 49, 55, 150, 151, 162, 208, 212, 213, 214, 227

Scratch 125, 126, 127, 130, 131, 132, 135

Surdos 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 188, 192, 193, 195, 196, 198

Sustentabilidade 13, 15, 161

T

Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC 188

Território 79, 82, 140, 157

Trabalho pedagógico 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

U

Universitarios 56, 61, 65, 67, 68, 69, 76, 77, 204

V

Violencia en el noviazgo 56, 57, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66

Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Investigação científica, teoria e prática da educação na contemporaneidade

2

🌐 www.arenaeditora.com.br

✉ contato@arenaeditora.com.br

📷 @arenaeditora

📘 www.facebook.com/arenaeditora.com.br

